



Boletim do Museu Paraense Emílio  
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

[boletim.humanas@museu-goeldi.br](mailto:boletim.humanas@museu-goeldi.br)

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Brasil

Scheiner, Tereza Cristina

Repensando o museu integral: do conceito às práticas

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 7, núm. 1, enero-abril,  
2012, pp. 15-30

Museu Paraense Emílio Goeldi  
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394034995003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas Rethinking the Total Museum: from concept to practice

Tereza Cristina Scheiner

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** O trabalho analisa o Museu Integral (ou Museu Total) como questão no campo da Museologia, bem como as diferentes abordagens e os discursos que sobre ele se desenvolvem. Partindo da ideia de Museu como fenômeno, estabelece as convergências e divergências entre as matrizes teóricas que fundamentam os conceitos de 'museu integral', 'museu comunitário' e 'ecomuseu', e as propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social. Comenta sobre a tendência à mitificação da Carta de Santiago como matriz ideológica e propõe uma revisão do papel e do significado da Mesa de Santiago e das recomendações nela consignadas para a teoria e a prática da Museologia, analisando o seu desdobramento e a sua aplicabilidade nas políticas e diretrizes da Museologia – em âmbito mundial e, especialmente, na América Latina. Recomenda que se desenvolvam pesquisas e análises mais aprofundadas sobre as relações entre teoria e prática museológica na América Latina, recolocando os mencionados conceitos à luz da *epistème* contemporânea e das diretrizes mundiais para a cultura, o patrimônio e o desenvolvimento. Finalmente, apresenta o conceito de Museu Inclusivo – matriz teórica sintonizada com o pensamento e a ética de museus na atualidade.

**Palavras-chave:** Museologia. Museu Integral. Museu Comunitário. Ecomuseu. Museu Inclusivo. América Latina.

**Abstract:** The paper analyzes the Total Museum (*Museu Integral* - *Musée Integral*) as a core question for debate in the field of Museology, as well as the different approaches and narratives developed around this concept. Starting from the idea of Museum as phenomenon, it unveils convergences and divergences between the theoretical matrixes that found the concepts of 'total museum', 'community museum' and 'ecomuseum', and the proposals and realizations of a museum practice devoted to the social sphere. It comments the tendency to consider the Declaration of Santiago as a myth and as an ideological matrix; and proposes a revision of the role and significance of the Santiago Roundtable, as well as of the recommendations consigned in it, for the development of museum theory and practice – analyzing their consequences and applicability in the policies and goals of Museology at global level, specially in Latin America. It emphasizes the need of research and deeper analyses of the relationships between museum theory and practice in Latin America, which may update the mentioned concepts under the light of the contemporary *epistème* and according to the world key strategies for culture, heritage and development. Finally, it presents the concept of Inclusive Museum – theoretical matrix, synchronized with the ethics and thoughts of Museology in the present days.

**Keywords:** Museology. Total Museum. Community Museum. Ecomuseum. Inclusive Museum. Latin America.

---

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

Autor para correspondência: Tereza Cristina Scheiner. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Av. Pasteur, 458, sala 410. Urca. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 22290-240 (tacnet.cultural@uol.com.br).

Recebido em 11/05/2011

Aprovado em 08/02/2012



## INTRODUÇÃO, OU: DE COMO SE ESTRUTUROU A MUSEOLOGIA COMO CAMPO

O desenvolvimento e a consolidação de um campo disciplinar depende, necessariamente, da continuada revisão de seus fundamentos e premissas – e de uma perspectiva crítica sempre renovada sobre a sua produção. Esse processo permite identificar os aportes constitutivos do campo e reconhecer as flutuações interpretativas que lhe enriquecem as estruturas, facilitando as interfaces entre o que está dito e as novas abordagens dos que sobre ele se debruçam. Foi com este objetivo que o International Committee for Museology (Subcomitê de Museologia para a América Latina e o Caribe – ICOFOM-LAM), tendo escolhido a cidade de Santiago, Chile, para a realização de seu 18º. Encontro Anual, definiu como tema para debate “A Museologia e o Museu Integral no cenário da América Latina e do Caribe”. Nesse contexto, escolhemos abordar o tema partindo da ideia de Museu como fenômeno para estabelecer algumas convergências e divergências entre as matrizes teóricas que fundamentam os conceitos de ‘museu integral’, ‘museu comunitário’ e ‘ecomuseu’, e as propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social. Nossa intenção é apontar a tendência de alguns profissionais do campo em mitificar a Carta de Santiago, imputando-lhe significados inexistentes no próprio texto – e minimizando, dessa forma, seu real significado e sua importância para o campo da Museologia.

Iniciaremos lembrando que a Museologia vem apresentando, nos últimos vinte anos, um sistemático e consistente desenvolvimento como campo disciplinar. As iniciativas pioneiras dos anos

1940 a 1950 e as elaborações teóricas realizadas nos anos 1960 por autores como Rivière, Kinard, Jahn, Gluzinski, Nestupny, Vázquez e Stránský<sup>1</sup> deram ensejo à redação de emblemáticos documentos, entre os quais se destacam as definições de ‘museu’ do International Council of Museums (ICOM) e, naturalmente, a Carta de Santiago (1972). A criação do ICOFOM (1976) influiu de maneira decisiva nesse processo, somando-se a textos importantes, como os de Cameron, Jelínek, Sofka, Stránský (todos de 1974), e dando ensejo à elaboração de documentos de trabalho que constituem, hoje, o que se considera como base constitutiva da teoria museológica. Os anos 1980 foram um momento decisivo nesta trajetória: com a publicação dos *Museological Working Papers* (MuWop)<sup>2</sup> e a criação do ICOFOM Study Series (ISS), a primeira série documental dedicada à teoria da Museologia, o debate sobre a situação da Museologia no âmbito do conhecimento ampliou-se entre os profissionais de museus e introduziu-se como questão no universo acadêmico. Ao mesmo tempo, ampliava-se o debate em torno da função social dos museus, levando ao advento do movimento internacional para uma Nova Museologia – movimento este que, embora tenha se voltado desde o primeiro momento para a prática, fundamentava-se nas ideias desses mesmos teóricos.

Ao final dos anos 1980, já se confirmava a existência de uma teoria da Museologia e definia-se para ela um lugar de fala no universo acadêmico. A investigação sobre a existência de metodologias próprias do campo e a análise dos limites e das interfaces com outros campos disciplinares (como a Filosofia, os Estudos Culturais, a Ciência Política e a Ciência da Informação) fortaleceram

<sup>1</sup> Um dos primeiros teóricos a estudar a Museologia como campo foi Z. Z. Stránský, que, ao final dos anos 1960, já havia proposto “um sistema da Museologia onde esta era exposta em seus aspectos históricos, estruturais e práticos. Ele alinhou a Museologia com outras disciplinas acadêmicas que possuem sua própria história, teoria e prática, para que [esta] pudesse ser aceita como uma ciência social contemporânea” (*apud* Maroevic, 2000, p. 5). Esse trabalho foi seguido pelas considerações de um grupo de estudiosos (Hüns, Jahn, Gluzinski), conforme afirma o próprio Stránský em artigo publicado em 1980. Ver Stránský (1980, 2008) e De Varine (2005).

<sup>2</sup> Em francês, *Documents de Travail en Muséologie* (DoTram).

ainda mais a Museologia – definida, a partir de então, como uma disciplina de caráter transdisciplinar, dedicada ao estudo da relação específica entre o Humano e o Real, tendo como objeto de estudo o fenômeno Museu<sup>3</sup>.

Foi nesse contexto que se criou e desenvolveu o Grupo de Trabalho em Teoria Museológica para a América Latina e o Caribe – ICOFOM-LAM (1989), o primeiro e mais importante grupo de estudos teóricos sobre Museologia da América Latina, responsável pela produção sistemática de teoria museológica em português e em espanhol. Voltado para a consolidação da Museologia como campo disciplinar, mas sem esquecer a análise crítica das relações entre sociedade e prática museológica na região, coube ao ICOFOM-LAM desenvolver, desde o início de seus trabalhos (1991-1992)<sup>4</sup>, um conjunto de reflexões que muito tem contribuído para implementar e fortalecer os estudos no campo da Museologia. Incluem-se aí os debates sobre a evolução das ideias de ‘museu’ e de ‘patrimônio’ na história do conhecimento, bem como a análise transversal dos conceitos que delas se originam. Fazem-se ainda presentes nessa produção questões estratégicas para a Museologia, tais como:

a importância do estudo dos termos e conceitos para a consolidação do campo; a tendência às abordagens multiculturais; a preferência pela aproximação holista à Museologia e ao Patrimônio;

a defesa do turismo sustentável; a ênfase no papel dos museus como instâncias vivenciais, que contribuem para a formação de indivíduos na plenitude de seu potencial; o interesse pelos projetos comunitários; a constante chamada das autoridades à ação (Scheiner, 2006).

Ao longo dos anos 1990, principalmente devido aos trabalhos do ICOFOM-LAM, intensificou-se a participação e colaboração dos teóricos latino-americanos no desenvolvimento da Teoria Museológica. Ao final da década, as ideias de ‘museu como fenômeno’ e da Museologia como campo disciplinar dedicado ao estudo do museu, nas suas diferentes interfaces com o Real, já haviam sido plenamente integradas à literatura do campo. A constituição de um grupo de estudos sobre Terminologia da Museologia (1993)<sup>5</sup> e o desenvolvimento do projeto permanente de pesquisa “Termos e Conceitos Básicos da Museologia”, gerenciado desde a França por Desvallés e com desdobramentos em diferentes países (entre os quais, Alemanha, Bélgica, República Tcheca, Suíça, Argentina e Brasil), contribuiu para o aprimoramento das reflexões e dos debates sobre o campo. A criação de uma Cátedra UNESCO “Museologia e Patrimônio Mundial”, tendo como Reitor Vinos Sofka (1995), foi outro passo importante neste processo: administrada desde a Universidade de Masaryk, na República Tcheca, desenhou-se em

<sup>3</sup> Passou-se também a considerar outro objeto de estudo para a Museologia: a ‘musealidade’, naquele momento, compreendida como um valor documental específico do objeto – e percebida, ao final dos anos 1980, como um “aspecto específico da realidade”. Diria Stránský (1980, p. 44): “A missão da Museologia é interpretar cientificamente essa atitude do Homem com relação à realidade e fazer-nos entender a musealidade em seu contexto histórico e social”.

<sup>4</sup> O ICOFOM-LAM estruturou-se como grupo de trabalho ao longo do ano de 1990 – ano em que foi implantada e implementada a rede regional de profissionais interessados em desenvolver estudos sobre a teoria da Museologia. Para a constituição dessa rede, contou-se com o apoio incondicional do Comitê Regional para a América Latina e Caribe do Conselho Internacional de Museus (ICOM-LAC), então presidido pela equatoriana Lucía Astudillo. Em 1991, o ICOFOM-LAM criou e editou os primeiros números de seu Boletim, enviado por correio a todos os participantes da rede, bem como aos membros do ICOFOM, universidades, institutos de pesquisa e principais museus da região. A primeira reunião de trabalho do ICOFOM-LAM realizou-se em Buenos Aires, Argentina, em março/abril de 1992, e teve como tema “Museu, Sociedade e Meio Ambiente” – em preparação à Conferência Rio-92.

<sup>5</sup> O grupo de estudos sobre Terminologia da Museologia foi criado durante a Reunião Anual do ICOFOM, em Atenas e Tessaloniki, Grécia, 1993, por iniciativa de Martin Schaerer (que, naquele momento, assumia a Presidência do Comitê) e de André Desvallés. Os trabalhos deste primeiro grupo – integrado, entre outros, por Desvallés, Schaerer, Scheiner, Stránský e Van Mensch – derivaram na implementação do projeto permanente de pesquisa “Termos e Conceitos Básicos da Museologia” (Basic Terms and Concepts of Museology), cujos resultados se consolidaram em diversas publicações, sendo a mais recente o “Tesaurus” de termos museológicos (2010-2011).

seu âmbito um dos projetos permanentes de pesquisa do ICOFOM: “Patrimônio, Museologia, Museus e Sociedades em Transformação”<sup>6</sup>.

A produção de teoria museológica passou a ser adotada pelas principais universidades que desenvolvem programas de estudo e ensino no campo da cultura e do patrimônio, influenciando as estruturas curriculares dos programas existentes e dando ensejo à criação de novos programas, especialmente em nível de pós-graduação. Entre estes, muitos programas específicos de Museologia foram criados ou implementados – e os livros do ICOFOM e do ICOFOM-LAM, adotados como fontes bibliográficas, passaram a fundamentar dissertações e teses sobre teoria museológica. Naquele momento, em que participavam do ICOFOM profissionais de 114 países de todas as regiões, a produção do ICOFOM-LAM, em número e importância de artigos, equivalia à de todo o restante do grupo. Consagrado pelo seu trabalho, o ICOFOM-LAM foi elevado, em 1998, à categoria de Subcomitê do ICOFOM.

Em 1999, a Museologia já era plenamente entendida como um campo disciplinar “que se desenvolve na interseção entre os demais saberes – os novos e os já constituídos”<sup>7</sup>. Uma nova forma de saber científico, que poderia situar-se, como queria Moles, entre as “Ciências do Impreciso”; ou uma disciplina cujos fundamentos podem ser buscados na Filosofia (Deloche, 1989)<sup>8</sup>. Os estudos teóricos evoluíram

para a investigação dos cruzamentos entre a Museologia e as novas tecnologias; para a análise das interfaces com o patrimônio, em todas as suas representações; e para a investigação dos significados do termo ‘museu’.

Hoje, o Museu é percebido pelos teóricos como um

fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos ‘musealidade’. A musealidade é um valor atribuído a certas ‘dobras’ do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como ‘Museu’ poderá também mudar, no tempo e no espaço<sup>9</sup>.

Quanto à Museologia, pode ser entendida hoje como

o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço. Abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o Real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais. Como disciplina acadêmica,

<sup>6</sup> “Patrimônio, Museologia, Museus e Sociedades em Transformação: da opressão à democracia” (Heritage, Museums and Museology for Social, Cultural and Environmental Transition: from oppression to democracy). Criado em 1990 e aprovado oficialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1995, o projeto foi incorporado à Cátedra UNESCO “Museologia e Patrimônio Mundial”, que então se estruturava, sob a coordenação do Dr. Vinos Sofka. Foi escolhida para sediar o projeto e a Cátedra a Universidade de Masaryk, em Brno, República Tcheca – que já sediava a Escola Internacional de Museologia (International Summer School of Museology – ISSOM). Sendo um dos objetivos da Cátedra desenvolver e implementar uma rede transnacional de pesquisa sobre o tema, convidou-se à adesão um grupo de profissionais ligados à teoria museológica, nas várias regiões. O projeto passou a desenvolver-se, assim, em diferentes países, entre os quais Rússia, Letônia, Lituânia, República Tcheca, Argentina e Brasil. Entre os especialistas e as instituições contatados na América Latina, incluiu-se a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde se desenvolve, desde 2001, o projeto “Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana”. A partir de 2006, o projeto foi vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS).

<sup>7</sup> Scheiner, Teresa C. M. “Museology”. Curso ministrado na International Summer School of Museology (ISSOM). Brno, República Tcheca, julho 1999. Texto não publicado.

<sup>8</sup> “A Museologia não saberia reduzir-se a uma ciência do fenômeno Museu: sua verdadeira meta é a de uma lógica que se situe no cruzamento dos mais diversos domínios” (Deloche, 1989).

<sup>9</sup> Scheiner, Teresa C. M. “Museology”. Curso ministrado na International Summer School of Museology (ISSOM). Brno, República Tcheca, julho 1999. Texto não publicado.

tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da Humanidade. Possui ainda uma terminologia específica, ora em desenvolvimento, que permite o trabalho integrado com outras áreas do conhecimento, tanto na teoria como na prática<sup>10</sup>.

A análise desta trajetória nos leva a entender que a Museologia está profunda e inteiramente vinculada à ideia do Museu Integral.

Defendemos, aqui, que o Museu Integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais. O sentido do Museu está, portanto, no seu próprio existir e, nele, “as partes não se distinguem em relação à substância” (Spinoza, s.d., p. 182), embora sejam plenamente identificáveis em sua essência<sup>11</sup>.

E ainda que possamos reconhecer, na produção teórica do campo, a existência de matrizes específicas de pensamento que fundamentam os conceitos de ‘museu integral’, ‘museu de território’, ‘museu comunitário’ e ‘ecomuseu’, as propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social não são originárias – e nem exclusivas – da Declaração de Santiago, nem do movimento que se autodenominou Nova Museologia.

## O EMBLEMÁTICO ANO DE 1972: DA NATURALIZAÇÃO DE CONCEITOS COMO ‘INTEGRAL’ E ‘AÇÃO COMUNITÁRIA’

Lembremos que a ênfase na vinculação entre museus e realidade político-social vem sendo longamente defendida pelo ICOM e pela UNESCO há mais de seis décadas. O próprio ICOM deveu a sua criação, em 1945, ao desejo de enfatizar museus e patrimônio como instâncias do trato político, em nível internacional. Em trabalho anterior, já mencionávamos que a dinâmica desses organismos internacionais obedece

a uma bem traçada estratégia: enquanto à UNESCO cabem as questões que devem ser discutidas em âmbito paraestatal, mas homologadas e atuadas dentro dos limites nacionais dos Estados-membros, ao ICOM e organismos similares compete elaborar as diretrizes teórico-metodológicas e as recomendações de caráter ético, em nível internacional, ligadas ao campo específico de atuação a que se refere cada órgão. (...) a UNESCO atua verticalmente, o ICOM e similares desenvolvem uma atuação transversal, que lhes permite desenvolver as mais interessantes interfaces (Scheiner, 2009, p. 44).

Em 11 de julho de 1962 – há 49 anos, portanto, a 7ª. Assembleia Geral do ICOM, realizada em Amsterdã, Holanda, já enfatizava a preocupação da UNESCO com a relação entre museus e a preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade; e incluía, no seu programa de ação para 1963-1964, decisões e recomendações sobre questões tais como a proteção da propriedade cultural em caso de conflito armado; a preservação e a proteção de monumentos históricos; a prevenção ao tráfico ilícito; a importação e venda de propriedade cultural; a proteção

<sup>10</sup> Scheiner, Teresa C. M. “Museology”. Curso ministrado na International Summer School of Museology (ISSOM). Brno, República Tcheca, julho 1999. Texto não publicado.

<sup>11</sup> Consagrado pelo texto da Carta de Santiago, em 1972, o termo ‘museu integral’ vincula-se diretamente ao conceito de ‘patrimônio integral’, construído sobre uma percepção holista do meio ambiente, como a que apresenta Serres (*apud* Davallon *et al.*, 1992, p. 21): “o meio ambiente sobre o qual nos questionamos hoje não é mais (apenas?) o dos homens para o homem, mas o das coisas tácitas, antes colocadas como entorno de nossas representações ordinárias, tudo o que não interessava a ninguém”. Esta relação singular com o meio ambiente, onde “as coisas da natureza serão o patrimônio, vai oferecer (...) uma forma original de socialização” (Davallon *et al.*, 1992, p. 21). A partir de Santiago, acreditou-se que o Museu Integral seria aquele essencialmente voltado para a ação comunitária – e, de certa forma, esqueceu-se que qualquer museu fundamenta-se numa nítida proposta social: a de aproximar o indivíduo dos processos e produtos da natureza e da cultura.

a paisagens e sítios naturais; e a acessibilidade aos museus (ICOM, 1962).

O mesmo ocorre com a ênfase dada ao caráter comunitário dos museus: em 9 de agosto de 1968, a 8ª. Conferência Geral de Museus (Assembleia Geral do ICOM), realizada em Munique, Alemanha, definia a responsabilidade do ICOM frente aos museus e às comunidades regionais, afirmando:

[O ICOM] espera que cada país dê a mais alta prioridade ao desenvolvimento de museus com vocação regional, provendo-os com estrutura administrativa, equipamentos e recursos técnicos, financeiros e de pessoal adaptados ao papel que tais museus devem desempenhar;

Recomenda, ainda, que os museus sejam mais abertos ao público jovem, ampliando o número de programas culturais para jovens, numa atmosfera de maior participação (ICOM, 1968).

Em 10 de setembro de 1971, a 9ª. Conferência Geral de Museus, realizada em Grenoble, França (portanto, em data anterior à conferência de Santiago), já afirmava, em sua Resolução n. 1, que “Os museus devem estar, antes de tudo, a serviço de toda a humanidade”; e que “A principal meta dos museus é a educação e a transmissão de informação e do conhecimento, por todos os meios disponíveis”. Recomendava, ainda, que os museus aceitassem o fato de que a sociedade está em constante mudança, questionando o conceito tradicional de Museu, “que perpetua valores vinculados à preservação do patrimônio natural e cultural da humanidade, não como manifestação de tudo o que é significativo no desenvolvimento humano, mas meramente

como a posse de objetos” (ICOM, 1971). A Conferência definia, ainda, que “cada museu deve aceitar que seu dever junto à sociedade envolve ações especificamente desenvolvidas para servir ao ambiente social específico dentro do qual opera” (ICOM, 1971, grifo nosso).

Lembremos, ainda, que a Mesa Redonda de Santiago aconteceu em maio de 1972, no âmbito das discussões mundiais sobre o meio ambiente integral, desenvolvidas por ocasião da I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em junho de 1972 em Estocolmo, Suécia. Essa Conferência, convocada em 1968 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), teve como objetivo provocar o debate das nações sobre a degradação dos recursos naturais e genéticos do planeta e para os riscos que o uso abusivo desses recursos traziam para a sobrevivência da humanidade<sup>12</sup>; e provocou, em âmbito mundial, uma tomada de consciência sobre os graves problemas que assolavam os países em desenvolvimento. Entre as ideias trabalhadas e difundidas pela Conferência, está a de uma percepção comum sobre o meio ambiente, expressa em todo o teor do seu documento final:

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (...), considerando a necessidade de uma percepção comum e de princípios comuns que inspirem e guiem os povos do mundo para a preservação e a valorização do ambiente humano,

Proclama que:

1. O Homem é simultaneamente criatura e criador de seu ambiente, que lhe provê sustento físico e lhe dá oportunidades de crescimento intelectual, moral, social e espiritual. (...) Natural ou criado pelo

<sup>12</sup> A Conferência contou com representantes de 113 países, 250 organizações não governamentais e dos organismos da ONU – e foi marcada pelo confronto entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os primeiros, preocupados com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, propondo um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e genéticos do planeta, pregando que medidas preventivas teriam que ser encontradas imediatamente, para que se evitasse um grande desastre; os últimos, argumentando que se encontravam assolados pela miséria, com graves problemas de moradia, saneamento básico, atacados por doenças infecciosas e que necessitavam desenvolver-se economicamente, e rapidamente; e questionando a legitimidade das recomendações dos países ricos, que já haviam atingido o poderio industrial com o uso predatório de recursos naturais e que queriam impor complexas exigências de controle ambiental. Produziu a “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano” (UN, 1972b), uma declaração de princípios que deveriam governar as decisões concernentes a questões ambientais; e também um Plano de Ação que convocava todos os países, os organismos das Nações Unidas, bem como todas as organizações internacionais a cooperarem na busca de soluções para uma série de problemas ambientais.

Homem, ambos os aspectos do meio ambiente humano são essenciais ao seu bem estar e ao gozo dos direitos humanos básicos, incluindo o direito à vida (UN, 1972a)<sup>13</sup>.

Para as Nações Unidas, a consecução desses objetivos estaria obrigatoriamente vinculada à aceitação, por parte de cidadãos e comunidades, empresas e instituições de todo o planeta, de sua responsabilidade comum sobre o meio ambiente; e da necessidade de compartilhamento de esforços para a melhoria das relações com o meio ambiente. Esta é o que poderíamos considerar uma diretriz de ação global em prol do meio ambiente e do desenvolvimento humano, diretriz que inclui necessariamente a participação de todas as sociedades, a partir do âmbito local (o comunitário).

Em novembro do mesmo ano, a Conferência Geral da UNESCO adotou a sua Convenção para a Proteção do Patrimônio Natural e Cultural, também nomeada Convenção do Patrimônio Mundial, ou simplesmente Convenção (UNESCO, 1972c). O documento abordava o patrimônio desde uma perspectiva universal, visando identificar e valorizar as referências patrimoniais de interesse comum para a humanidade. Ainda em 1972, o campo da Educação definiu novas diretrizes mundiais para as relações entre ensino e aprendizagem, relativizando o papel da escola como única instância onde é possível aprender – e enfatizando a responsabilidade social de todos os setores na promoção do desenvolvimento educacional:

A sociedade não pode exercer uma ação ampla e eficiente sobre todos os seus componentes – em nenhum âmbito – através de uma única instituição, por mais extensiva que esta seja (...). Devemos não apenas desenvolver, enriquecer e multiplicar as escolas e universidades, mas também transcendê-las ampliando a função educacional para toda a sociedade. (...) Todos os setores (...) devem tomar parte na promoção da educação (UNESCO, 1972a)<sup>14</sup>.

Esta atitude provocaria, como consequência, uma adaptação de todas as instituições às necessidades educacionais e do desenvolvimento humano – intensificando a adoção de “métodos indiretos de aquisição de conhecimentos” e estabelecendo, como prioridade absoluta, “o aprendizado da realização [humana]” (UNESCO, 1972a):

Em vez de delegar o poder educacional a uma estrutura única, vertical, hierárquica constituindo um corpo específico na sociedade, todos os grupos, associações, uniões, comunidades locais e organizações intermediárias devem assumir sua quota de responsabilidade educacional... (UNESCO, 1972a, grifo nosso)<sup>15</sup>.

Este seria o passo para a instituição do que se passou a chamar “a sociedade do aprendizado” ou “sociedade do conhecimento” – baseada na existência de uma tessitura comum, relacionando a educação à vida social, política e econômica, num processo de responsabilização coletiva sobre o aprendizado e a troca de experiências. A educação

<sup>13</sup> “The United Nations Conference on the Human Environment, (...) having considered the need for a common outlook and for common principles to inspire and guide the peoples of the world in the preservation and enhancement of the human environment, Proclaims that: 1. Man is both creature and moulder of his environment, (...). Both aspects of man's environment, the natural and the man-made, are essential to his well-being and to the enjoyment of basic human rights, the right to life itself”.

<sup>14</sup> “Society cannot exercise broad, efficient action on all its components – in any domain – through one single institution, however extensive it may be. If even admit that education is and will be more and more a primordial need for each individual, then not only must we develop, enrich and multiply the school and the university, we must also transcend it by broadening the educational function to the dimensions of society as a whole. The school has its own role to play and will have to develop it even further. But it will be less and less in a position to claim the education functions in society as its special prerogative. All sectors – public administration, industry, communications, transport – must take part in promoting education. Local and national communities are in themselves eminently educative institutions. As Plutarch said, ‘the City is the best teacher’. And especially when the city is capable of remaining within human proportions, it does indeed contain immense educational potential – with its social and administrative structures and its cultural networks – not only because of the vitality of the exchanges that go on, but also because it constitutes a school for civic sentiment and fellow-feeling” (UNESCO, 1972a).

<sup>15</sup> “Instead of delegating educative power to one, single, vertical, hierarchical structure constituting a distinct body within society, all groups, associations, unions, local communities and intermediary organizations must take over their share of educative responsibility...” (UNESCO, 1972a).

formaria, assim, “uma totalidade coordenada”, integrando todos os setores da sociedade, de modo “universal e continuado”, mas se realizando “de forma integral e criativa” (grifo nosso), direcionada para a realização pessoal de cada indivíduo, com relação a si mesmo e no coletivo:

O novo 'ethos' educacional torna o indivíduo senhor e criador de seu próprio progresso cultural. O auto-aprendizado, especialmente o auto-aprendizado assistido, tem valor inegável em qualquer sistema educacional. (...) Este movimento é irresistível e irreversível. É a revolução cultural de nosso tempo (UNESCO, 1972a)<sup>16</sup>.

Nesse mesmo ano (1972), a International Federation of Library Associations (IFLA) publicou um manifesto em favor das bibliotecas públicas, enfatizando a importância de atuarem como centros de ação cultural para as comunidades, com coleções representativas de todos os níveis de conhecimento, temas de interesse e todas as línguas de cada comunidade – em locais de fácil acesso a todos os tipos de público e horários compatíveis com as necessidades específicas dos usuários, tanto em meio urbano como em meio rural (UNESCO, 1972b).

O ano de 1972 foi, portanto, atravessado por discussões sobre a temática da responsabilidade dos governos e das agências promotoras do desenvolvimento sobre o bem estar da sociedade humana, em todas as dimensões da sua relação com o Real. Nada mais natural que o debate sobre a ação dos museus se tenha desenvolvido em sintonia com esses movimentos e diretrizes; e que a Mesa Redonda de Santiago, evento organizado pelo ICOM e pela UNESCO, tenha adaptado essas premissas ao âmbito da Museologia, elaborando o conceito de Museu Integral e recomendando – como bem já o sabemos – uma percepção integrada da relação entre

os museus e as realidades sociais, econômicas e políticas dos museus latino-americanos.

Cabe ainda acrescentar que a Conferência de Santiago não se originou de nenhum movimento de base, mas sim de uma tomada de posição da UNESCO e do ICOM com relação aos museus da América Latina – cuja situação já havia sido, desde 1958, diagnosticada pelo próprio ICOM como merecedora de atenção, sob todos os pontos de vista: organizacional (estrutura, funcionamento, serviços técnicos e outros), profissional (formação e adequação dos profissionais às tarefas necessárias) e comunicacional (relações com a sociedade, incluindo exposições). O diagnóstico elaborado em 1958 por Georges-Henri Rivière, em conclusão a um seminário regional de estudos da UNESCO sobre o papel educativo dos museus, realizado no Rio de Janeiro, apontava, entre outras coisas: “O museu pode aportar à educação uma contribuição de primeira ordem. A importância de seu papel (...) não cessa de crescer” (Rivière, 1958, p. 23). O documento admite, ainda, a existência de uma apresentação “ecológica” (integral) das exposições, método já então defendido por Rivière como alternativa para melhor comunicação com os públicos, tanto nos museus tradicionais como nos parques naturais e nos museus a céu aberto: “Considerada sob o ponto de vista educativo, a apresentação ecológica é a mais atraente e espetacular; e, portanto, a mais facilmente assimilável” (Rivière, 1958, p. 23)<sup>17</sup>. Rivière defendia também a criação de museus para jovens e de museus escolares; as exposições polivalentes; os clubes de amigos; a incorporação de recursos multimídia e a mediação educativa nas exposições; e sugeria alternativas para a ação educativa de base, em comunidades carentes – como um museu flutuante para a região amazônica (Rivière, 1958, p. 34-37).

<sup>16</sup> “The new educational ethos makes the individual the master and creator of his own cultural progress. Self-learning, especially assisted self-learning, has irreplaceable value in any educational system” (UNESCO, 1972a).

<sup>17</sup> “Considérée sur le plan éducatif, la présentation écologique est la plus attrayante et spectaculaire, et, de ce fait, la plus facilement assimilable. Toutefois, la présentation systématique qui permet d’étudier isolément et de réduire à l’essentiel les éléments de la réalité naturelle ou culturelle, apporte à la présentation écologique un complément intellectuel indispensable”.

As premissas defendidas pela Carta de Santiago não eram, portanto, novas, nem uma reivindicação das comunidades locais – mas uma necessidade colocada pelos profissionais de museus latino-americanos, quase duas décadas antes. Finalmente, deve-se ter em conta que, naquele momento, apenas um evento organizado por agências internacionais teria a possibilidade de discutir, numa América Latina atravessada por governos autoritários de direita, as relações entre sociedade, educação, meio ambiente e desenvolvimento; e que tal discussão só poderia ter ocorrido num país onde fosse possível a ampla liberdade de expressão – como era, então, o Chile de Allende.

## OS VALORES FUNDAMENTAIS DE SANTIAGO

Talvez pela conjuntura política e ideológica do momento e do lugar em que se realizou a Mesa Redonda, a Declaração de Santiago vem sendo mitificada em alguns círculos, há trinta e nove anos, como o grande documento revolucionário da Museologia mundial. A ela são erroneamente atribuídos: a) a origem dos ecomuseus; b) a criação da Nova Museologia; c) uma pretensa cisão entre os teóricos da Museologia, sendo alguns identificados como partidários de uma 'Museologia do objeto', enquanto outros se identificariam com uma 'Museologia da ação'. Mas estas quase quatro décadas já permitem o distanciamento necessário para podermos reexaminar suas reais qualidades e avaliar seu verdadeiro impacto no universo da Museologia.

Desde este ponto de vista, diríamos que este impacto se verifica em três aspectos essenciais:

1 – Em primeiro lugar, e do ponto de vista da Museologia Teórica, a Declaração contém uma proposta criativa, definida sob o rótulo de 'Museu Integral' – termo que sintetiza, no âmbito da Museologia, as visões e diretrizes do próprio campo e evidencia, como vimos, a sua sintonia com as demais áreas do conhecimento. A ideia do Museu Integral, já anunciada pelo menos duas décadas antes e presente na definição evolutiva de ecomuseu (Rivière, 1973), ganha aqui corpo, forma

e identidade, estendendo-se a todas as modalidades de museus. Eis a marca registrada de Santiago: museus tradicionais também podem, e devem, ser integrais. Ao oficializar o uso do termo Museu Integral, extensivo a todas as representações do fenômeno Museu, a Carta de Santiago torna-se um documento de importância teórica para a Museologia, passando a integrar o conjunto de reflexões que fundamentam os estudos do campo. Como tal, pode ser efetivamente considerada como uma das matrizes da teoria museológica.

2 – Do ponto de vista da Museologia Aplicada, embora não apresente nenhuma proposta nova em sua essência, a Declaração foi efetivamente um documento catalisador de propostas e de ações, propiciando

uma tomada de consciência: os museus da América Latina não estão adaptados aos problemas decorrentes de seu desenvolvimento, e devem empenhar-se em cumprir sua missão social, que é de fazer o homem se identificar a seu meio natural e humano, considerado em todos os seus aspectos (UNESCO, 1973).

Para os profissionais de museus de todo o mundo, a Declaração atuou, portanto, como um documento-síntese, sublinhando a importância do meio ambiente para o campo da Museologia e definindo a urgência ética do engajamento social dos museus.

3 – Há, ainda, um outro mérito na Declaração de Santiago, que é a proposta de criação de uma rede latino-americana de profissionais de museus, a Associação Latino-Americana de Museologia (ALAM). Impossível de concretizar-se naquele momento político, a proposta impressiona pela sensibilidade de relacionar a eficácia do engajamento social dos museus com a participação dos seus profissionais. Não esqueçamos que o texto inclui menção à necessidade urgente de qualificação profissional para o trabalho nos museus.

O documento de Santiago ensina ao mundo que é a partir de seus profissionais que os museus devem se abrir para a sociedade. Eis aí, desvelada, a matriz ética

de uma nova Museologia e de um 'novo Museu': um campo que deve se estruturar, na teoria e na prática, pela defesa de ideias comuns e pela atuação integrada de profissionais adequadamente qualificados, com propostas éticas definidas junto ao corpo social.

Mais que matriz ideológica, a Declaração de Santiago é, portanto, matriz teórica e ética para o campo da Museologia. Cabe, então, analisar o desdobramento e a aplicabilidade de suas premissas nas políticas e diretrizes de ação museológica – em âmbito mundial e, especialmente, na América Latina.

## DA TEORIA À PRÁTICA: TRAJETÓRIAS DO MUSEU INTEGRAL

Alguns autores ainda imaginam que a Declaração de Santiago teve influência direta no advento dos ecomuseus. Mas, como sabemos, estes advêm de uma outra matriz – a dos museus a céu aberto, museus-*ateliers* e parques naturais musealizados. Essa trajetória é confirmada pelas próprias afirmativas de Rivière, que, convidado para instalar na França “um museu como o Skansen”, desenvolveu em Paris (1937) o Museu de Artes e Tradições Populares, dedicado a “coletar, pesquisar, conservar e exibir a cultura ética da França” (Rivière *apud* Song, 2005, p. 37). Eis o primeiro museu-laboratório de Rivière, fundamentado nas teorias de Lévi-Strauss e dedicado “às relações entre homem e natureza” (Rivière *apud* Song, 2005, p. 38), talvez já antecipando “as ideias e os princípios básicos do ecomuseu”, esboçadas em 1957 com a concepção do Museu de Bretanha, em Rennes – e plenamente desenvolvidas em 1969, com a criação do Ecomuseu da Grande Lande, no Parque Natural Regional des Landes de Gascogne<sup>18</sup>.

O relato de De Varine sobre a criação do termo 'ecomuseu' reforça essa perspectiva, ao lembrar a noite de 1971 em que, reunido com Rivière e o Conselheiro do Ministério do Meio Ambiente, Serge Antoine, criou o termo:

Georges-Henri Rivière e eu estávamos felizes e satisfeitos porque, pela primeira vez em uma conferência internacional desta importância [a Conferência Geral de Museus do ICOM], um grande político iria relacionar publicamente museus e meio ambiente. Esta oportunidade abriria um novo caminho para a pesquisa museológica, num campo cuja importância havia acabado de ser reconhecida, mas ainda seria oficialmente confirmada, na conferência da ONU em Estocolmo, no ano seguinte. Serge Antoine foi reticente: de nenhuma maneira os museus poderiam ser objeto de qualquer inovação verdadeira (...) falar da sua utilidade a serviço do meio ambiente faria apenas as pessoas rirem. Não: para transmitir tal mensagem, teríamos que abandonar a palavra 'museu'. (...) Nós (...) brigamos em vão para convencer nossos colegas na vitalidade do museu e sua utilidade. Finalmente, quase que jocosamente, eu disse, “Seria absurdo abandonar a palavra; seria bem melhor mudar seu apelo comercial, mas nós também poderíamos tentar criar uma nova palavra baseada em 'museu'...”; eu tentei diferentes combinações de sílabas envolvendo as duas palavras, 'ecologia' e 'museu'. Na segunda ou terceira tentativa, eu cheguei a 'ecomuseu'. (...) O Ministro Poujade usou pela primeira vez o termo 'ecomuseu' alguns meses depois, em Dijon, em 3 de setembro de 1971, num discurso para 500 museólogos e museógrafos de todo o mundo (De Varine, 1992, p. 48).

Sabemos, por esse e outros relatos de De Varine, que o termo 'ecomuseu' foi uma ocorrência circunstancial – e o próprio autor solicita que as experiências que assim se reconhecem sejam nomeadas 'museus comunitários'. Mas é certo que o termo 'ecomuseu' passou a ser sinônimo de um tipo muito especial de museu comunitário, fundamentado na musealização de um território e na relação entre este território, o meio ambiente integral (entendido como patrimônio) e as comunidades que ali conviveram e/ou convivem.

Aos que consideram o ecomuseu uma proposta revolucionária, diríamos que ele não chega a tanto – mas é, certamente, uma das formas de reatualização do fenômeno Museu, adequada à época de sua emergência. O ecomuseu não é, certamente, uma ruptura com o museu tradicional, nem a única forma de relacionar, de forma ativa, museus

<sup>18</sup> Para maiores informações sobre os ecomuseus mencionados, buscar Pierre Mayrand (1983) e Écomusée Sainte-Baume (s.d.).

e sociedade. Mas, sem dúvida, constitui uma alternativa interessante para a resignificação de comunidades que desejam valorizar e dinamizar suas relações com o espaço, o tempo e o patrimônio, em âmbito local – desde que não seja percebido como ferramenta (como quase sempre acontece), pois ferramentas são instrumentos que levam facilmente à manipulação.

A evolução da prática museológica nos leva a observar que, a partir dos anos 1960, os museus, de modo geral, começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência, incorporando as metodologias de experimentação do conhecimento em processo.

Não há, portanto, uma dicotomia entre o museu tradicional (especialmente o museu tradicional ortodoxo) e o ecomuseu, já que em sua essência ambos são representações do fenômeno Museu, adequadas à época em que emergiram como modelos de prática museológica (respectivamente, séculos XVII-XVIII e segunda metade do século XX). Os que insistem em considerar essa dicotomia estão, na verdade, confundindo o potencial (do modelo) com a maneira como este potencial se realiza na prática. Estão confundindo conceito de museu, ou de prática museológica, com a prática em si mesma.

Existem, e existiram, desde meados do século XX, museus tradicionais absolutamente sintonizados com as premissas de ação comunitária defendidas pelo ICOM a partir de 1958 – e a narrativa de Rivière é prova desse fato. Por outro lado, sabemos da existência de ecomuseus onde a ação comunitária se perde no âmbito do debate político-partidário, ou passa a ser cooptada pelo Estado ou por diferentes grupos de pressão, fugindo ao controle das comunidades. Assim sendo, perde-se completamente a proposta de um museu comunitário “que cresce da base,

ao invés de ser imposto do alto” e que “se ergue em resposta às necessidades e aos desejos das pessoas que vivem e trabalham numa determinada área, e ativamente os envolve em todos os estágios – enquanto está sendo planejado e criado e, posteriormente, enquanto estiver aberto e funcionando”<sup>19</sup>.

Se alguns museus tradicionais não se atualizaram em sua prática e permaneceram fechados sobre as atividades de pesquisa e conservação de acervos, isto é uma questão que remete essencialmente ao âmbito da gestão: gestão do patrimônio, se assim o desejarem, mas gestão. Quanto ao argumento de que o ecomuseu gerou novas práticas museológicas, poderíamos dizer que estas dizem respeito essencialmente às metodologias de apreensão e documentação de conjuntos patrimoniais, ao cruzamento de referências do patrimônio material e imaterial – os inventários de paisagens; e também ao desenvolvimento de estratégias de conservação pelo uso. A grande renovação dos ecomuseus no que diz respeito à prática museológica consiste no modo de atuar as funções básicas da Museologia – relativizando o poder do especialista pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias. Eis aí, transformada em ação, a proposta do Museu Integral.

Devemos, entretanto, reconhecer que os ecomuseus “foram precoces em reconhecer a importância da herança intangível, da linguagem, das crenças e do relacionamento humano, e em identificar as diferenças que existem entre lugares e suas comunidades” (Song, 2005, p. 37-42), buscando, de modo mais direto, as relações entre prática museológica e práticas sociais. Falemos, então, de influências mútuas: os ideais e as práticas dos ecomuseus incorporaram as metodologias existentes no universo museológico, e ajudaram a desenvolver métodos de ação mais sintonizados com as necessidades de grupos específicos.

Outra característica dos ecomuseus, ainda pouco estudada pelos especialistas, é o fechamento das comunidades

<sup>19</sup> DE VARINE, Hughes. “Tomorrow’s Community Museums”. Palestra na Universidade de Utrecht, 1993. Texto não publicado.

em torno da própria experiência. Em nossa opinião, esse fechamento corresponde a um movimento de proteção contra o sentimento da perda de referências: 'eu me fecho em mim para não ter que mudar'. Todo 'enquistamento' social se fundamenta no medo da mudança, que é sentida como perda, como afirma Reginaldo Gonçalves em seu emblemático livro "A Retórica da Perda" (Gonçalves, 1996). Verificamos essa tendência na maioria dos ecomuseus. O próprio movimento da Nova Museologia produziu um 'fechamento' artificial em torno de seus militantes, os quais nem sempre admitem que os ecomuseus foram pensados por museólogos de formação tradicional.

Essa foi a crítica que Jeudi (1990) fez aos ecomuseus e museus comunitários, ainda no início dos anos 1980: um fechamento que leva à cristalização, ao congelamento de certas formas culturais, de certos procedimentos. Poderíamos mesmo dizer que os ecomuseus e certos museus comunitários se constituem num movimento quase 'tribal', onde as decisões são aparentemente tomadas por todo o grupo, mas é inegável a influência das lideranças locais (e também da rede de articulações políticas e socioculturais que essas mesmas lideranças desenvolvem com os poderes externos). De tribos passam a fratrias, mas sempre seguindo os líderes.

Assim, o que ocorre na prática, na maioria dos casos, é que, a longo prazo, ecomuseus e museus comunitários passam por pelo menos uma das seguintes situações:

a) se institucionalizam, parecendo-se cada vez mais com os museus tradicionais – caso em que as lideranças assumem, em nome do grupo, seu papel norteador da ação (seja por delegação natural, por sedução ou por imposição). Usando o vocabulário da Nova Museologia, todos são atores, mas... alguns fazem o papel principal, outros atuam apenas como figurantes (seria, então, interessante que os profissionais da Museologia estudassem um pouco mais as teorias dos papéis sociais);

b) se compartimentam, fazendo um discurso destoante da ação – o discurso fala de escolhas do grupo, a ação mostra claramente que apenas alguns decidem; o discurso

fala dos processos culturais, a ação museológica se exerce prioritariamente sobre os produtos (objetos, cenários);

c) se autoconsomem, em um movimento que a Biologia nomeia fagocitação – esgotando suas propostas em um incessante fluxo de debates, votações e assembleias, que paralisam, no todo ou em parte, a ação. Aqui, o projeto político 'fagocita' o interesse pelo patrimônio;

d) se extinguem – seja por dissolução, quando optam por finalizar a experiência, por 'desmusealizar-se' (como ameaçou fazer, em dado momento, a comunidade do Creusot, numa crise de anomia, de falta de lideranças), seja por transformação, quando se tornam definitivamente museus tradicionais a céu aberto (aqui, exerce um papel importante a influência de lideranças externas ao grupo).

Nenhum desses movimentos é exclusivo da Museologia – são movimentos de institucionalização e de fluxos de lideranças, encontrados em diferentes situações do corpo social. Eles nos lembram que nada ou ninguém pode ser para sempre um laboratório de experiências, ou identificar-se como revolucionário. A questão é entender 'por que' não se consegue abordar com clareza esses movimentos no âmbito da Nova Museologia.

Lembremos que, teoricamente, as experiências mais abertas de prática museológica deveriam corresponder às sociedades (ou aos grupos sociais) mais democráticos, capazes de tolerar a diferença e de aceitar a pluralidade. Seriam esses os grupos responsáveis pela criação de ecomuseus, museus comunitários, museus interativos, parques naturais e outras experiências que implicam a gestão democrática dos patrimônios e que, por serem abertas e plurais, deixariam menos espaço para a manipulação. Mas sabemos que, na prática, isto não ocorre em todos os casos. Todos nós conhecemos ecomuseus, museus comunitários e museus participativos desenvolvidos a partir do alto, baseados em programas políticos de desenvolvimento nacional e/ou regional. À feição dos famosos *Heimattmuseen*, tais experiências são cooptadas como instrumentos de um discurso paternalista e/ou demagógico, emitido por agentes governamentais e/

ou instâncias hegemônicas que se encarregam de filtrar, para o mundo, o que pensam e fazem as respectivas comunidades. Funcionam, assim, como espaços de reiteração de valores hegemônicos, consagrados não pela tradição ou pelas práticas culturais espontâneas, mas pelas práticas manipuladas – instâncias de legitimação de valores impostos ao coletivo por grupos muitas vezes minoritários. Aqui, surge uma outra questão: seriam estas experiências manipuladas exclusivas das sociedades autoritárias?

## CONCLUINDO

Caberia colocar mais algumas questões:

1) Se museus e patrimônios podem ser manipulados, o mesmo acontece com a Museologia?

Diríamos que sim, que certamente a Museologia, como qualquer outra esfera de pensamento e de atuação, pode ser usada para justificar determinados fins. Nesse caso, seria possível manipular as narrativas sobre museus, memória, patrimônio, cultura e sociedade, atendendo a interesses específicos, reificando determinadas ideias ou conceitos e colocando outros no esquecimento. Contra essa tendência, devemos democratizar as fontes de pesquisa, abrindo caminho para a pluralização de trabalhos interpretativos; e difundir ao máximo a literatura já existente no campo.

2) É possível a Museologia atuar em sintonia com as propostas do Museu Integral?

Esta continua a ser a nossa crença. Lembremos que a 17ª. Assembleia Geral de Museus, realizada em 1992, no âmbito da 16ª. Conferência Geral do ICOM, já enfatizava que os museus “não têm outros limites além daqueles estabelecidos pelas pessoas” e instava os profissionais a “quebrar todas as barreiras que isolam os museus das necessidades das comunidades”<sup>20</sup> – e a sustentar, de forma continuada, os museus, as organizações e as instituições que promovem e respeitam a diversidade cultural, ameaçadas por câmbios políticos e econômicos em todo o mundo.

O ICOFOM-LAM tem defendido desde o início essa perspectiva. Nas conclusões e recomendações do seu I Encontro (1992), a teoria museológica latino-americana assumiu oficialmente a tendência em favor do Museu Integral, posição esta reforçada nas conclusões do II Encontro (1993), onde se convocam os museus para “assumir um novo papel: contribuir para o desenvolvimento integral dos países do continente”, desenvolvendo ações que tendam a fortalecer o conhecimento e a compreensão do caráter multicultural e pluriétnico dos países da região (Scheiner *et al.*, 1994, p. 43-45). Da mesma forma, o IV ICOFOM-LAM recomenda “fortalecer o conceito de museu integral como agente destinado a dar à comunidade uma visão totalizadora de seu meio ambiente natural e cultural”, permitindo aos diferentes grupos sociais participar ativamente “da elaboração de pautas para o melhor aproveitamento do seu patrimônio integral”<sup>21</sup> (Scheiner, 2006, p. 5-9).

Os documentos dos encontros subsequentes só fizeram enfatizar estas posições.

Entre as estratégias possíveis está o estímulo a uma nova percepção do patrimônio. Museus podem articular experiências que, efetivamente, levem a percepções mais abrangentes e críticas das realidades vivenciadas pelos grupos sociais, desenvolvendo iniciativas onde se articulem atores de diferentes matrizes socioculturais e campos do conhecimento, com um objetivo comum – valorizar as referências que lhes conferem um sentimento de pertença ao mundo ‘real’ (Scheiner, 2009).

Lembremos a experiência emblemática dos venezuelanos com as cidades de Coro e La Vela, onde a existência de um conjunto único de referências ambientais, históricas e simbólicas serviu de base para a articulação entre lideranças locais, regionais e nacionais, levando ao reconhecimento, pela UNESCO, desse fabuloso conjunto como Patrimônio da Humanidade (1993). A criação do Centro UNESCO-Coro (1990)

<sup>20</sup> Resolution Nbr. 1. Rethinking the Boundaries. 17th General Assembly of ICOM. Québec, Canadá, 26 September 1992.

<sup>21</sup> Declaración de Barquisimeto. ICOFOM LAM. Conclusiones y Recomendaciones del IV Encuentro Regional del ICOFOM LAM. Barquisimeto, Venezuela, 22-26 abril 1995.

e da Escola de Barro<sup>22</sup> permitiu o envolvimento de diferentes estratos sociais em operações que promovem a consciência pública sobre aspectos relativos à memória e ao patrimônio daquele grupo. Não é por acaso que Coro e La Vela se percebem como Museus Totais...

Movimento similar ocorre na cidade de Cuenca, no Equador, onde profissionais de museus aliaram-se às lideranças locais, desenvolvendo um movimento sistemático de promoção da cultura e das artes, que inclui a organização de eventos de todos os tipos, no campo da Museologia e do Patrimônio. Tais iniciativas ampliaram entre os habitantes da cidade a percepção de que museus estão a serviço das pessoas comuns, não apenas para reforçar as tradições, mas como um fórum aberto ao debate intercultural; e propiciaram a inclusão de Cuenca na lista de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Museus devem ter como característica essencial ser permeáveis a todas as formas de expressão humana. Nesse sentido, todos os museus têm importância para as comunidades a que servem. A mobilização em nível local na gestão e no trato dos patrimônios inclui, obrigatoriamente, a Museologia e os museus. Nada é mais poderoso do que o sentimento de pertença, e não há política patrimonial, cultural ou ambiental que possa sobrepor-se ao cuidado que temos do que julgamos nosso, ao desvelo (*Da-sein*) pelo que nos pertence... Na experiência comunitária de âmbito local, não é imprescindível a aprovação de agentes externos: o importante é o que sente e faz a própria comunidade. Isso não significa desenvolver-se à margem da legislação ou das influências do mundo, mas concentrar a ação no próprio espírito, nos valores e nas dinâmicas da cultura local, relativizando os insumos trazidos por outros

atores, especialmente os da Academia. Trata-se aqui, como enfatiza Pinna, de

uma museologia mais simples, que nada tem a ver com grandes eventos culturais (...). Este tipo de museologia é composto por museus destinados a coletar a evidência da cultura material e objetos utilizados no cotidiano, e cuja importância e utilidade diminui gradualmente. Estes são museus vinculados a uma área limitada, e que têm como objetivo contar pequenas histórias locais, relembrando a pessoas de comunidades frequentemente não maiores do que lugarejos, [quais são] as suas raízes (G. Pinna *apud* Maggi e Falletti, 2000, p. 2, nossa tradução)<sup>23</sup>.

Este modo de ser deve ser apreendido não apenas pelos museus comunitários (incluindo-se aqui os ecomuseus), mas também por museus de outras matrizes teóricas e aplicadas. No caso específico da América Latina, recomendamos o desenvolvimento de pesquisas e análises mais aprofundadas sobre as relações entre teoria e prática museológica, recolocando esses conceitos à luz da *epistème* contemporânea e das diretrizes mundiais para a cultura, o patrimônio e o desenvolvimento.

Aos museus já constituídos, especialmente os museus tradicionais ortodoxos de âmbito nacional – que não podem dedicar-se especificamente a uma só comunidade – lembraríamos a importância do aporte intercultural, como o desenvolvido pelo Museu do Índio, criado em 1954, no Rio de Janeiro (Brasil), para promover melhor entendimento das culturas indígenas brasileiras como significantes; ou como as experiências implementadas pelos museus da Amazônia brasileira – que há décadas realizam trabalhos ‘para’ e ‘com’ as comunidades indígenas da região: Museu Paraense Emílio Goeldi; Museu do Marajó; Museu Indígena de Roraima<sup>24</sup>;

<sup>22</sup> O Centro UNESCO-Coro, criado em 1990, é uma associação de vizinhos; e a Escola de Barro, um centro para o desenvolvimento de artesanias e técnicas construtivas tradicionais, ambos de âmbito local.

<sup>23</sup> “(...) a lesser museology, that has nothing whatsoever to do with great cultural events, is developing. This kind of museology is composed of museums destined to the collection of evidence of material culture and objects once used every day, the importance and utility of which are gradually lessening. These are museums linked to a limited area, which aim to tell small, local stories, reminding people in communities often no bigger than parishes, of their roots”.

<sup>24</sup> Experiência pioneira, desenvolvida nos anos 1980 pela museóloga Denise Hamú, hoje Chief Executive Officer (CEO) da World Wildlife Fund (WWF) Brasil e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Museu Magüta<sup>25</sup>, criado com os índios Tikuna na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia – e que recebeu do ICOM o título de Museu Símbolo de 1995, durante a Conferência Geral de Museus em Stavanger, Noruega. Lembremos ainda as experiências acadêmicas relacionando museus à educação ambiental e patrimonial<sup>26</sup> – entre as quais se inclui a proposta de ‘sulear’ nossa percepção de espaço, aprendendo a fazer a leitura de representações geográficas desde a perspectiva do hemisfério Sul<sup>27</sup>.

Igualmente importante é o aporte intersocial: as metodologias de ação do Museu Integral apontam, hoje, para uma forma de prática museológica que vem sendo nomeada como ‘Museu Inclusivo’ – e da qual se ocupa o ICOM como meta prioritária. Eis a expressão maior da ética na prática museológica: atuarem os museus como espaços de inclusão – lugar de todos, ágora absoluta, onde as mais diferentes comunidades poderão, afinal, reconhecer-se mutuamente e dar-se as mãos.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. M. **Em direção à Museologia Sul-Americana:** o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar. 2008. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2008.

DAVALLON, Jean; GRANDMONT, Gerald; SCHIELLE, Bernard. **L'environnement entre au Musée.** Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1992.

DELOCHE, Bernard. **Museologica:** contradictions et logique du musée. Mâcon: Éditions W, 1989.

DE VARINE, Hughes. Ethics and Heritage. Decolonizing Museology. **ICOM News**, n. 3, p. 3, 2005.

DE VARINE, Hughes. L'ecomusée. In: DESVALLÉS, André; DE BARRY, Marie Odile; WASSERMAN, Françoise (Coords.). **Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie.** Mâcon: Éditions W/ MNES, 1992. p. 446-487. (Collection Museologia, v. 1).

ÉCOMUSÉE SAINTE-BAUME. **Écomusée territoire.** [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ecomusee-sainte-baume.asso.fr>>. Acesso em: 30 set. 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. **Terra das Águas**, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/58829252/A-Descoberta-Do-Museu-Pelos-Índios>>. Acesso em: 5 maio 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo S. **A retórica da perda.** Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **9<sup>th</sup>. General Conference of Museums.** France, September 1971. “The Museum in the Service of Man, Today and Tomorrow”. Disponível em: <<http://www.icom.museum>>. Acesso em: 25 set. 2009.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **8<sup>th</sup>. General Conference of Museums.** Munich, Germany, 9 August 1968. Disponível em: <<http://www.icom.museum>>. Acesso em: 25 set. 2009.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **7<sup>th</sup>. General Conference of Museums.** Amsterdam, Netherlands, 11 July 1962. Disponível em: <<http://www.icom.museum>>. Acesso em: 25 set. 2009.

JEUDI, Henri Pierre. **Memórias do social.** Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MAGGI, Maurizio; FALLETTI, Vittorio. **Ecomuseums in Europe.** What they are and what they can be. Torino: Instituto Ricerche Economico-Sociali Del Piemonte, 2000. (Working Paper, n. 137).

<sup>25</sup> Museu tribal, criado entre 1988 e 1991 em Benjamin Constant, “uma localidade de 15.000 habitantes, na confluência dos rios Javari e Solimões, na fronteira do Brasil com o Peru e a Colômbia. Seu objetivo é preservar e valorizar a cultura dos índios Tikuna, que ocupam cerca de 100 vilas em oito municípios do estado do Amazonas (região do Alto Solimões). Sua população é estimada em 28.000 indivíduos no Brasil, 7.500 na Colômbia e 5.500 no Peru. Todos falam a língua Tikuna, uma língua isolada, não vinculada a nenhuma família linguística. No Brasil, 60% destes índios são bilíngues, sendo o português sua segunda língua. O museu ocupa um edifício simples (...) com cinco salas de exposição e uma pequena biblioteca, cercados por um jardim de flores que inclui espécies botânicas utilizadas na confecção e decoração de artefatos indígenas” (Freire, 1999).

<sup>26</sup> Programas e cursos pioneiros criados por museólogos brasileiros, como “Interação Museu-comunidade pela Educação Ambiental”, desenvolvido na UNIRIO, realizado por Tereza Scheiner, em 1991/1994; e “Educação Patrimonial para Museus”, realizado por Maria de Lourdes Parreiras Horta, em 1989/1991, desenvolvido no Museu Imperial, com extensões em outros museus, foram pontos de partida para a multiplicação de experiências similares em todo o país nos anos subsequentes.

<sup>27</sup> Ver M. D. Campos (“A arte de Sulear-se”) *apud* Scheiner (1990), também mencionado em Freire (1997), ou ainda em Carvalho (2008).

MAROEVIC, Ivo. Museology as a field of knowledge. **ICOM Study Series**, n. 8, p. 5-7, 2000.

MAYRAND, P. Les défis de l'Ecomusée: un cas, celui de la Haute-Beauce: l'écomusée de la Haute-Beauce au Québec. **ICOFOM Study Series**, n. 5, p. 23-27, 1983.

RIVIÈRE, Georges-Henri. Rôle du musée d'art et du musée de sciences humaines et sociales. **Museum**, Paris, v. 25, n. 1-2, p. 26-44, 1973.

RIVIÈRE, Georges-Henri. **Stage régional d'études de l'Unesco sur le rôle éducatif des musées**. Paris: UNESCO, 1958. p. 7-30. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001338/133841fo.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.

SCHEINER, T. C. M. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). **MAST Colloquia - Museu e Museologia: interfaces e perspectivas**. Rio de Janeiro: MAST, 2009. v. 11, p. 43-59.

SCHEINER, T. C. M. Prefacio - el pensamiento museológico latinoamericano. In: DECAROLIS, Nelly (Org.). **El Pensamiento Museológico Latinoamericano**. Los documentos del ICOFOM LAM. Córdoba: Editorial Brujas, 2006. p. 5-9.

SCHEINER, Teresa C. M. **Interação Museu-Comunidade pela Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural, 1990.

SCHEINER, T. C. M.; DECAROLIS, N.; ASTUDILLO, L. (Orgs.). **Museus, espaço e poder na América Latina e Caribe**. 1. ed. Quito, Equador: UNESCO/ICOM - Consejo Nacional de Cultura, 1994.

SONG, Xiang Guang. How the theory and practice of ecomuseums enrich general museology. In: FLAIM, Maria Pia (Ed.). **Communication and Exploration**. Guiyang, China – 2005. Documenti di Lavoro di Trentino Cultura. Trentino, 2005. p. 37-42

SPINOZA, Baruch. **Ética**. Trad. Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. Sobre o tema "Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?" (1980). Trad. Tereza Scheiner. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 101-105, 2008.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. [sem título]. In: SOFKA, Vinos (Org./Ed.). **Museology – Science or just practical museum work?** Estocolmo: ICOM/ICOFOM; Museum of National Antiquities, 1980. p. 42-44. (Museological Working Papers/Documents de Travail en Muséologie, v. 1).

UNITED NATIONS (UN). **United Nations Conference on the Human Environment**. Stockholm, Sweden, June 1972a. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentID=97>>. Acesso em: 30 set. 2009.

UNITED NATIONS (UN). **Declaração de Estocolmo**. Stockholm, Sweden, 1972b. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=243>>. Acesso em: out. 2009.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). The Role of museums in toda's Latin America. Rôle du musée dans l'Amérique latine d'aujourd'hui. **Museum**, v. 25, n. 3, p. 126-204, 1973.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The world of education today and tomorrow - learning to be**. International Commission on the Development of Education, May 1972. Chapter 8 - Elements for contemporary strategies. Paris: UNESCO, 1972a. 346 p.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Public Library Manifesto**. Paris: Unesco, 1972b.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972c. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2011.